



Seus Direitos na Justiça

Estatuto da Cidade, chuvas e planejamento urbano

Dr. Guaraci de Campos Vianna

A maioria das cidades brasileiras tem carência de infraestrutura urbana. Todo início do ano a história se repete: chuvas, alagamentos, desabamentos, mortes, desabrigados, enchentes etc. um drama urbano em quase todo Brasil.

Antes se podia dizer que o problema das grandes cidades é a migração da população do campo para os grandes centros, fazendo surgir comunidades (outora chamadas de favelas). Hoje parece que o problema é de quase a totalidade dos municípios brasileiros. Vejam o noticiário: no Rio, em São Paulo, no interior, nas Capitais, quando chove um pouco mais, é um alerta geral.

Infraestrutura urbana inclui o direito a moradia, ao saneamento básico, aos serviços públicos, ao transporte, ao lazer etc. Todo esse conjunto fica prejudicado quando chove em excesso... sem falar nos prejuízos materiais... móveis, carros, limpeza...

O Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, parece ser ignorado pelos governantes, sobretudo os estabelecidos nos Municípios (vereadores e prefeitos) e nos Estados (deputados e governadores), além dos secretários, pois a maioria das competências neste campo são dos Estados e Municípios, principalmente estes últimos.

Cada Município com mais de 20 mil habitantes têm que ter um Plano Diretor elaborado pelo Executivo e aprovado pela Câmara dos Vereadores. É preciso pensar na Cidade como um todo, cuidando, por exemplo, do lixo e da sustentabilidade para minimizar o impacto das chuvas. O Plano Diretor deve prever um caminho de escoamento das águas da chuva e ter uma estratégia para os rios não transbordarem.

O art. 2º do Estatuto da Cidade estabelece dezoito diretrizes gerais para o estabelecimento da política urbana, com destaque para o controle do uso do solo (art. 2º, VI) de forma a evitar a degradação ambiental (letra g) e a exposição da população a risco de desastres (letra h). É uma questão de vida ou morte a remoção da população que reside em áreas de risco, mas deve haver um planejamento para que isso ocorra respeitando os direitos de cada um.

Como já exposto os artigos 39 a 42 da já referida Lei 10257/2001 (Estatuto da Cidade) estabelece a obrigatoriedade dos municípios de ter o seu plano diretor, explicitando inclusive o que deve ser inserido no mesmo. O que parece não ser comum é a aplicação do art. 40, §4º: "No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão: I – a promoção de audiências



públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade; II – a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos; III – o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos."

Alguém já viu ou participou de uma audiência pública de fiscalização do cumprimento do Plano Diretor de um Município?

Estabelece ainda a supracitada Lei a gestão democrática da cidade, inclusive nas questões orçamentárias. A respeito, veja-se o disposto nos artigos 43 e 44, que assim estão redigidos: "Art. 43. Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos: I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal; II – debates, audiências e consultas públicas; III – conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal; IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; Art. 44. No âmbito municipal, a gestão orçamentária participativa de que trata a alínea f do inciso III do art. 40 desta Lei incluirá a realização de debates, audiências e consultas públicas sobre as propostas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, como condição obrigatória para sua aprovação pela Câmara Municipal."

Sem dúvida, audiências públicas são necessárias, como também a participação de associações representativas dos vários segmentos da comunidade e a iniciativa dos Municípios, seja através do Poder Legislativo, seja através do Executivo, é fundamental, principalmente, através de seminários, palestras e debates, podendo também nessa parte contar com a colaboração e, ou participação dos Governos Federais e Estaduais, que tem sua competência estabelecida no artigo 3º da Lei mencionada.

É preciso pensar nas soluções antes, durante e depois das chuvas. Este ano teremos eleições municipais: que tal incluir esta temática nos debates para escolha dos melhores candidatos.

Dr. Guaraci de Campos Vianna é desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Envie e-mail com suas dúvidas, opiniões e sugestões para a coluna. Participe! seusdireitos@ofluminense.com.br

Inscrições estão abertas para FeSaúde de Niterói

São 783 vagas com salários que variam entre R\$ 1.317 a R\$ 13,8 mil

Estão abertas as inscrições para o concurso da Fundação Estatal de Saúde de Niterói (FeSaúde). São 783 vagas para todos os níveis de escolaridade. Os salários variam entre R\$ 1.317 a R\$ 13,8 mil.

As oportunidades são para cargos no Programa Médico de Família (PMF) e para a rede de Saúde Mental, com início imediato e também cadastro de reserva.

As inscrições podem ser feitas pela internet (www.co-seac.uff.br/concursos/fesau-de/2020) até às 12h do dia 26 de março. A taxa de inscrição tem valor diferenciado de acordo com o grau de escolaridade, sendo R\$ 50 para Nível Fundamental e Agente Comunitário de Saúde, R\$ 70 para Nível Fundamental e



Oportunidades são para Programa Médico de Família e rede de Saúde Mental

Agente Comunitário de Saúde e R\$ 100 para Nível Superior. O concurso será feito em

duas etapas que inclui prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, e

análise de títulos, de caráter classificatório. As provas serão realizadas nos dias 26 de abril para nível fundamental e médio (exceto agente comunitário de saúde) e 10 de maio para nível superior e agente comunitário de saúde.

Isenção – Para solicitar a isenção da taxa de inscrição, o candidato tem das 12h do dia 2 de março 2020 até às 12h do dia 4. O mesmo deve estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico e ser membro de família de baixa renda conforme Decreto Federal no. 6.135, de 2 de junho de 2007. O resultado será divulgado no dia 10, a partir das 14h, no endereço eletrônico do concurso. ■

Confira a relação de vagas oferecidas

Programa Médico de Família Fundamental: Auxiliar de Saúde Bucal (ASB)
Médio: Agente Comunitário de Saúde, Técnico de Saúde Bucal (TSB) e Técnico de Enfermagem
Superior: Cirurgião-Dentista, Enfermeiro e Médico

Consultório de rua Médio: Técnico de Enfermagem
Superior: Assistente Social, Cirurgião Dentista, Enfermeiro e Médico, Psicólogo

Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF-AB Médio: Técnico de Enfermagem
Superior: Assistente Social,

Farmacêutico, Farmacêutico, Fonoaudiólogo, Médico, Médico gineco-obstetra, Médico Pediatra, Psicólogo, Sanitarista e Terapeuta Ocupacional

Rede de Atenção Psicossocial Superior: Assistente Social, Educador Físico, Enfermeiro, Farmacêutico, Fonoaudiólogo,

Médico, Médico Psiquiatra, Musicoterapeuta, Nutricionista, Psicólogo e Terapeuta Ocupacional

Administrativo: Médio: Assistente administrativo
Superior: Assistente administrativo e Contador

Rio tem mais de três mil vagas gratuitas para curso Pré-Enem

Interessados podem se inscrever, presencialmente, até o próximo dia 13

Buscando contribuir para a formação dos jovens e ampliar suas possibilidades de acesso às concorridas vagas nos cursos superiores, que são conquistadas por meio da nota no Exame Nacional do Ensino Médio, a Firjan SESEI está com 3.120 oportunidades gratuitas para o curso Pré-Enem em todo o estado do Rio.

Os interessados devem estar matriculados em uma turma do 2º ou 3º ano do Ensino Médio (da Educação Regular ou da Educação de Jovens e Adultos) em qualquer escola da rede pública ou já terem concluído o Ensino Médio, com idade mínima de 15 anos.

De acordo com o gerente de Educação Básica da Firjan SESEI, Giovanni Lima,

Vagas são para alunos do 2º ou 3º ano do Ensino Médio da rede pública ou que já concluíram o Ensino Médio

a federação visa contribuir com a formação dos alunos, com base nos objetivos centrais do Enem, expressos em competências fundamentais para ampliação da visão crítica e social necessárias ao exercício pleno da cidadania. "A nota no Enem é a porta de entrada para o Ensino Superior no Brasil, e portanto, uma ferramenta importante para o desenvolvimento, não só dos próprios estudantes, como do país", afirma.

Só na Região Metropolitana, as unidades - capital, Firjan SESEI Maracanã (400

vagas), Santa Cruz (200 vagas) e Jacarepaguá (160 vagas), e Firjan SENAI Benfica (200 vagas); Leste Fluminense, Firjan SENAI São Gonçalo (350 vagas); e Baixada Fluminense, Firjan SESEI Nova Iguaçu (400 vagas) e Duque de Caxias (200 vagas) - oferecem 1.910 oportunidades.

O edital tem inscrições abertas de 2 a 13 de março e devem ser realizadas presencialmente no local escolhido, de segunda a sexta-feira, das 9h às 16h. Menores de 18 anos devem estar acompanhados do responsável.

As aulas terão início a partir da abertura das turmas, que devem ter quantidade mínima de 20 alunos, dentro do período do curso: de 16 de março a 28 de novembro.

O curso terá carga horária total de 432 horas, divididas nas áreas de Linguagens (Português/Produção Textual), Ciências da Natureza (Física, Química e Biologia), Ciências Humanas (História e Geografia) e Matemática, buscando oferecer ao candidato, além do conteúdo de cada disciplina, normas, instruções, informações e orientações relativas à prova.

O edital completo está disponível no site: www.escolafirjansesi.com.br/processoseletivo. Mais informações através do telefone 0800 0231 231. ■

São João da Barra tem rodada de negócios com fornecedores

Ao todo 70 empresas participaram visando obter contratos com a GNA

Pequenos e médios fornecedores fluminenses de produtos e serviços participaram, nesta semana, em São João da Barra, na Região Norte Fluminense, de rodada de negócios com a área de compras da Gás Natural Açúcar. Responsável pelo maior volume de investimentos na região nos últimos tempos, a GNA é uma joint venture formada pelas multinacionais Prumo Logística, BP e Siemens.

Ao todo 70 empresas de diversos segmentos - que vão de consultoria a serviços de inspeção, passando por tarefas administrativas e de manutenção - participaram da rodada, visando obter contratos com a GNA.

O encontro foi promovido pelo Compra Rio, programa da Secretaria de Estado de Desenvolvimento

Econômico, Energia e Relações Internacionais, para valorizar o empreendedor local, organizando parcerias comerciais com grandes empresas compradoras.

No ano passado foram realizadas 18 rodadas de negócios, que contaram com a participação de grandes empresas como âncoras, entre elas a Universidade Estácio de Sá, Senac - Nacional e Rio -, AquaRio, RioZoo, Ipiranga Suprimentos, PUC Rio, Cadore Alimentos, ProPharma, Grupo Eleva, DeMillus, Bondinho Pão de Açúcar e Paineira Corcovado.

"A partir deste ano, realizaremos rodadas no interior do Estado, com foco nas vocações regionais. Estamos criando ainda mecanismos para apoiar a capacitação dos fornecedores para for-

talecer a participação dos produtos fluminenses no comércio interno e externo", afirma o secretário de Desenvolvimento Econômico, Lucas Tristão.

O subsecretário estadual de Indústria, Comércio, Serviços e Ambiente de Negócios, o economista Guilherme Mercês, ressalta que, com programas como o Compra Rio, o governo do Rio de Janeiro movimenta a economia e consolida um ambiente de negócios favorável para o Estado.

Crédito – As rodadas de negócios do Compra Rio contam ainda com a participação de técnicos da Agência Estadual de Fomento (AgeRio), que oferecem linhas de créditos aos fornecedores presentes. ■

Barcas terá tripulação só de mulheres

Nesta sexta-feira (6), em celebração ao Dia Internacional da Mulher, uma das embarcações da CCR Barcas utilizada na linha Arariboia será operada por uma tripulação exclusivamente feminina. A equipe formada por oito tripulantes (comandante, imediato, chefe de máquina e marinheiras) vai conduzir o catamarã social modelo HC 18 das 11h às 18h.

O número de mulheres trabalhando na operação do transporte aquaviário cresceu 25% de 2013 para cá, sendo que esse índice é ainda maior no quadro de comandantes de embarcações. Enquanto em 2013, elas eram quatro, hoje a empresa tem oito mulheres no comando dos barcos. ■